

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ACADÊMICA DE DISCENTES DO CURSO DE NUTRIÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PRIVADA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nataly Maria Viva de Toledo,
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo,
nataly.toledo@usp.br,

Marcos Antonio Maia de Oliveira,
Fatec Bragança Paulista,
prof.marcosmaia@gmail.com,

RESUMO

No modelo educacional atual, o aluno é considerado protagonista do processo de ensino-aprendizagem, e também uma importante peça-chave no contexto da formação da comunidade escolar. Desta maneira, o presente estudo visou caracterizar o corpo discente de cursos de graduação em Nutrição de duas Instituições de Ensino Superior da rede particular do interior do Estado de São Paulo. Como instrumento de pesquisa, aplicou-se um questionário semiestruturado (dados quantitativos e qualitativos). Verificou-se que a maioria dos discentes pertenciam ao público feminino, eram jovens, brancos, solteiros, sem filhos, residentes com seus familiares, e com renda mensal individual entre R\$500 a R\$1.500. Constatou-se que fatores como a formação do corpo docente, metodologias de ensino empregadas e a infraestrutura das Instituições contribuíram para a satisfação de 97% dos discentes em relação a escolha do curso. Espera-se que a presente abordagem possa subsidiar as IES nas tomadas de decisões e estratégias de aprimoramento do projeto político pedagógico, o qual é uma ferramenta relevante para o atendimento das reais necessidades dos discentes, e que quando concebido com atenção, pode contribuir para redução nas taxas de evasão escolar, por ofertar oportunidades à formação profissional dos alunos, além de tornar mais prazerosa sua convivência no ambiente universitário.

Palavras-chave: Diversidade; Educação superior; Alunos de nutrição; Rede de ensino particular; Universitários.

1 INTRODUÇÃO

A importância do Ensino Superior vem sendo enaltecida nos últimos anos devido, sobretudo, a sua associação com transformações positivas repassadas à sociedade, tanto no sentido econômico, como também cultural e social. A demanda pela educação superior é distinta à realidade de cada país, sendo relacionada à história do sistema de ensino, sua organização, capacidade e mobilidade de recursos, além da implantação de políticas públicas pertinentes (NEVES, 2007). No caso do Brasil, a efetivação das Instituições de Ensino Superior (IES) ocorreu de forma mais tardia quando comparada a outros países europeus e latino-americanos. Consta-se que apenas em meados da década de 1930 é que surgiram as primeiras Universidades no país. Dentre essas, pode-se destacar a Universidade de São Paulo (USP), a qual foi criada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), a qual surgiu em 1935 e posteriormente foi fragmentada, passando a integrar a Universidade do Rio de Janeiro (NEVES; MARTINS, 2016).

Devido à intensa industrialização resultante do cenário pós-Segunda Guerra mundial, e o aprofundamento desse quadro na década 1960, tornou-se indispensável a oferta de mão-de-obra profissional e especializada. Assim, se fez necessário o aumento de investimentos em formação universitária, visando-se consolidar o desenvolvimento econômico para o país na época. O governo federal, portanto, dedicou-se à construção de uma rede de universidades federais, públicas, gratuitas e multifuncionais, ou seja, que abrangiam além de práticas de ensino, atividades de pesquisa e extensão. Tal iniciativa fez com que em 1965, houve-se mais de 350 mil discentes matriculados nas IES, o que aos poucos, solidificou o sistema de ensino superior brasileiro (DURHAM, 2003).

Já no século XXI, o crescimento do acesso ao Ensino Superior foi facilitado por incentivos prestados pelo governo com a criação de diversos programas e políticas públicas a nível federal, bem como a democratização e a universalização ao acesso dessas instituições (BUBLITZ et al., 2015). Com relação a esse contexto, pode-se citar, por exemplo, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual foi estabelecido pelo Ministério da Educação e oferta bolsas de estudos (integral ou parcial) para realização dos estudos em instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2005); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o qual busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior desde 2008 (BRASIL, 2007); além da Lei nº 12.711,

conhecida também como lei de cotas, a qual foi estabelecida com o intuito de reservar parte das matrículas (50%) em universidades e institutos federais a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública de ensino (BRASIL, 2012).

Tais ações contribuíram para a diversidade e pluralidade no ambiente universitário e, portanto, deve-se considerar que tão prioritário quanto o acesso à formação superior, é a qualidade do ensino ofertado, de forma que se atenda às expectativas e necessidades de toda comunidade escolar. Ao averiguar o sistema de educação superior nos diversos Estados da federação, constatou-se que São Paulo lidera o número de matrículas em cursos presenciais e EAD (Ensino à Distância), o que colabora para a considerável taxa de escolaridade líquida (22%) da região. O Estado conta com mais de 609 IES, sendo que a região metropolitana lidera a quantidade de matrículas (54,2%), seguida pela região de Campinas (14,4%), a qual apresenta, portanto, considerável representatividade para o ensino superior do Estado (SEMESP, 2019).

Com o aumento da expectativa de vida e maior preocupação da população com a saúde, o estudo da Nutrição ganhou destaque nas últimas décadas, sendo que a oferta de trabalho para profissionais especializados tem crescido no mercado brasileiro para essa área. Desta maneira, novos cursos superiores em Nutrição foram criados, de forma prevalente na rede privada, a fim de se atender a essa demanda. Atualmente, já se tem o registro de mais de 431 cursos autorizados na área, os quais são distribuídos entre 73 instituições públicas, 346 instituições privadas e 12 instituições especiais (ASBRAN, 2019). Sabendo-se que muitos desses cursos ainda são considerados recentes, delinear um perfil das diversidades sociodemográficas e acadêmicas encontradas torna-se imprescindível para assegurar aos discentes condições de participação efetiva dentro comunidade escolar e inserção na realidade da atuação profissional.

Frente ao exposto, a presente pesquisa representa um estudo de caso que teve como objetivo analisar o perfil sociodemográfico e acadêmico de discentes de Nutrição de duas IES da rede privada de cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo. Acredita-se que tal abordagem poderá facilitar a compreensão quanto à diversidade presente no ambiente acadêmico estudado, além de auxiliar no planejamento de novas estratégias que visem atender as reais necessidades desses estudantes. Espera-se que os resultados apresentados também sejam considerados para o aprimoramento do projeto político pedagógico dos cursos superiores em questão, de forma a considerar ações educativas pertinentes e que estimulem o processo de ensino-aprendizagem para o perfil do público analisado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O sistema educacional brasileiro sofreu diversas transformações frente a seus valores nos últimos anos, o que impactou diretamente no perfil do público que frequenta o ambiente escolar. Segundo Moreno (2014), o fenômeno da globalização é um dos principais fatores a ser considerado devido sua alta influência nos processos políticos e econômicos, o que reflete nas formas de oferta de ensino e delineamento do perfil dos estudantes universitários da atualidade.

Considerando-se um cenário altamente competitivo instaurado fomentado pela globalização, especialmente na década de 90, estratégias associadas ao crescimento da privatização da educação, sobretudo do Ensino Superior, ganharam mais espaço a fim de suprir a demanda do mercado por mão-de-obra qualificada (MORENO, 2014). Desta maneira, com a democratização do Ensino Superior, um grande número de cursos e vagas foram lançados e os indivíduos obtiveram acesso à educação. No entanto, para considerar a solidez e efetividade de tal cenário, ainda se torna necessário acompanhar à qualidade do ensino ofertado e sustentar à elaboração de uma proposta educacional que valorize a igualdade e respeite as diferenças.

Nesse contexto, vale enfatizar que compreensão do termo educação vai muito além do que a referência que se faz ao trabalho desempenhado dentro de Instituições de Ensino. Deve-se considerar que a educação é um processo de humanização, o qual objetiva formar e “transformar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos (ECCO; NOGARO, 2015). Frente a tais considerações, e respeitando-se a pluralidade do ambiente escolar, o foco desse processo deve estar no “ser”; no “indivíduo”. Logo, o desenvolvimento de estudos com enfoque no conhecimento do perfil discente dos cursos de nível superior com o intuito de superar obstáculos e atender as reais necessidades dos alunos torna-se primordial e de grande relevância na área da educação e sociedade.

Sabe-se que um dos grandes desafios presenciados pelas IES (tanto particulares quanto públicas), na atualidade, tem sido a omissão dos alunos no ciclo de atividades educacionais, conhecido também como evasão escolar. O contexto social, cultural, político e econômico em que a IES está inserida, pode contribuir para tal processo (SANTOS et al., 2019). Segundo Gaioso (2005), diversos são os fatores influentes na tomada de decisão pelo processo de evasão, dentre os quais, pode-se citar: falta de orientação vocacional, imaturidade do estudante, falta de acompanhamento das atividades propostas e reprovações, problemas financeiros, falta de

oportunidades de inserção no mercado de trabalho, não formação de laços afetivos dentro da comunidade escolar, realização do curso por imposição de membros da família e/ou amigos, matrimônios não planejados e nascimento de filhos.

Portanto, a realização de pesquisas de perfil socioeconômico e cultural de estudantes universitários devem ser incentivadas visando o preenchimento de uma lacuna na compreensão dos aspectos básicos relacionados ao público discentes das IES. A gestão das organizações de ensino, concomitante a definição de políticas e estratégias a serem adotadas apenas poderão ser efetivas por meio da análise de dados sistematizados, levantamento de reflexões frente aos diagnósticos obtidos e acompanhamento das atividades vinculadas aos discentes, estimulando seu sucesso e desempenho acadêmico (FONAPRACE, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa, foram convidados a participar estudantes de duas Instituições de Ensino Superior (IES) da rede privada de cidades do interior do Estado de São Paulo. A amostra populacional foi de conveniência e limitada a possibilidade de inferência. Foram abordados alunos com idade igual ou superior a 18 anos, que cursavam desde o primeiro até o último semestre, ou seja, estudantes de todos os anos e ciclos, regularmente matriculados nos cursos de Nutrição das respectivas Instituições. Vale ressaltar que foram excluídos da pesquisa discentes que não estavam regularmente matriculados em disciplinas da grade obrigatória do curso de nutrição, ou seja, que cursavam apenas disciplinas optativas; e também aqueles que se encontravam em intercâmbio em outras Universidades/país.

Considerando o número de vagas ofertadas anualmente pelos cursos de Nutrição abordados, tempo de conclusão do curso, quantidade de alunos regularmente matriculados, ferramenta de comunicação utilizada (e-mail) e o fato de que todos os alunos (de todos os anos/ciclos) serem convidados a participar da pesquisa, pôde-se estimar que o número de alunos convidados foi de aproximadamente 160 indivíduos.

Foi realizado um estudo transversal descritivo, o qual utilizou como ferramenta um questionário online semiestruturado para coleta de dados quantitativos e qualitativos. O convite para a participação da pesquisa foi enviado aos alunos via e-mail (disponibilizado pelas Instituições). Os dados foram coletados no período compreendido entre os meses de fevereiro a maio de 2020. Foi realizado um pré-teste para validação do instrumento utilizado conforme

descrito por Nobre (2012). Para tanto, o questionário foi aplicado previamente a um pequeno grupo de estudantes de graduação (10 indivíduos) de áreas correlatas (Ciências dos Alimentos e Gastronomia) para avaliação da clareza das informações, entendimento e formulação dos itens a serem abordados, adequação semântica e escalonamento de resposta.

Os estudantes declararam estar de acordo com a participação na pesquisa por meio do preenchimento do TCLE (Termo de Comprometimento Livre e Esclarecido). Quanto às variáveis quantitativas abordadas, registrou-se os dados referentes a: idade, renda pessoal, número de filhos e horas dedicadas diariamente ao estudo. Quanto às variáveis qualitativas foram abordadas: sexo, cor/raça, estado civil, pessoas com quem reside, responsável pelo custeio dos estudos, semestre letivo, prática de atividade física, atividade de lazer, participação em grupos de pesquisa, recebimento de bolsa acadêmica, realização de outro curso superior, trabalho concomitante aos estudos e satisfação com o curso.

Conforme preconizado pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, por se tratar de uma pesquisa que envolve participação de seres humanos, o presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da ESALQ/USP sob o número CAAE 23937919.0.0000.5395.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Durante o período de coleta de dados, 105 questionários foram preenchidos, o que representa uma amostra de 65,6% dentro do universo estudado.

De acordo com as características sociodemográficas da população analisada (Tabela 1), pode-se verificar predomínio do público feminino (86,7%) nos cursos de Nutrição. Tal fato pode ser justificado, primeiramente, pela origem dessa área de estudo no Brasil, a qual esteve fortemente atrelada à enfermagem, outro setor que, por motivos históricos, apresenta ampla participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, antes do avanço da industrialização, a figura feminina era considerada a responsável por providenciar a alimentação de toda a família, o que posteriormente, refletiu nos altos índices da participação da mulher na área de Nutrição. De acordo com pesquisa do Conselho Federal de Nutrição (CFN, 2019), atualmente o Brasil conta com 145.819 nutricionistas, sendo 94% são do sexo feminino. Segundo Lima, Braga e Tavares (2015), a relevância do público feminino também pode ser

constatada em outras profissões da área da saúde, como a enfermagem, e na área de humanas, como por exemplo: letras e pedagogia, sendo que nesses setores, o público feminino costuma ocupar mais de 60% das vagas disponíveis. Apesar de tal panorama, vale destacar que a participação do gênero masculino (13,3% na presente pesquisa) vem crescendo na área da Nutrição, visto que a profissão de nutricionista é muito versátil e possui diversas áreas de atuação como alimentação coletiva, docência, indústria, marketing, nutrição esportiva, saúde coletiva, nutrição clínica, entre outros. Assim, diversas competências e habilidades podem ser exploradas, independente do gênero, mas sim pela formação e habilitação profissional do indivíduo.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico (frequência e porcentagem) dos discentes dos cursos de Nutrição estudados

<i>Variável</i>	<i>N (%)</i>
<i>Sexo</i>	
Feminino	91 (86,7)
Masculino	14 (13,3)
<i>Faixa etária</i>	
< 20 anos	18 (17,1)
Entre 20 a 24 anos	53 (50,5)
Entre 25 a 29 anos	14 (13,3)
Entre 30 a 34 anos	6 (5,7)
Entre 35 a 39 anos	3 (2,9)
40 anos ou mais	11 (10,5)
<i>Estado civil</i>	
Solteiro	81 (77,1)
Casado	15 (14,3)
Viúvo	0 (0)
Divorciado	5 (4,8)
Outro	4 (3,8)
<i>Cor/raça</i>	
Branco	82 (78)
Pardo	14 (13,3)
Preto	7 (6,7)
Indígena	0 (0)
Amarelo	1 (1)
Prefiro não declarar	1 (1)
<i>Número de filhos</i>	
0	91 (86,7)
1	5 (4,8)
2	3 (2,9)
3	5 (4,8)
4	1 (1)
<i>Com quem reside</i>	
Familiares	99 (94,3)
Amigo-colega	4 (3,8)
Sozinho	2 (1,9)

Fonte: Resultados originais da pesquisa

O curso de Nutrição é formado majoritariamente por um público jovem, sendo que 67,6% dos discentes entrevistados apresentaram idade inferior a 24 anos (Tabela 1). Essa informação é condizente ao demonstrado pela pesquisa do CFN (2019), a qual relata que os profissionais iniciam sua carreira na área ainda jovens, e que cerca de 81% dos nutricionistas ativos no país apresentam idade entre 25 a 44 anos. O predomínio dessa faixa etária no curso pode estar associado à relação estabelecida entre nutrição e estética: pesquisas demonstram que a preocupação com a autoimagem e culto ao corpo têm sido atrelados, sobretudo, ao público jovem, para o atendimento a padrões de modismo e beleza (LOPES; MENDONÇA, 2016). Assim, indivíduos buscam por informações nutricionais (e.g. adoção de dietas restritivas, realização jejum, contagem de calorias, etc.) e excesso de atividade física para atingir os resultados esperados. Além disso, informações sobre Nutrição - mesmo que nem sempre idôneas - costumam ser de fácil acesso ao público jovem, pois são amplamente vinculadas pela mídia e redes sociais, o que desperta a curiosidade e os aproxima ainda mais do assunto. Outra possível relação para a predominância dos jovens no curso superior de Nutrição pode ser explicada pela existência de estratégias governamentais como a criação de programas e políticas públicas que viabilizam a continuidade do ensino para os jovens.

Quanto ao estado civil, pode-se verificar que a grande maioria dos discentes (77,1%) se declararam solteiros (Tabela 1), o que pode estar atrelado ao fato de os estudantes entrevistados serem ainda jovens. De acordo com o IBGE (2018), a taxa de nupcialidade entre o público jovem tem sido reduzida no Brasil, sendo que a idade média para realização do casamento civil entre cônjuges solteiros de sexos diferentes é de 30 anos entre os homens, e 28 anos para as mulheres. Apesar de solteiros, observou-se que, em geral, os estudantes (94,3%) continuam vivendo junto de seus familiares, enquanto apenas uma minoria (3,8%) declarou residir sozinho ou com colega (1,9%). Pertinente ainda ao estado civil dos estudantes, podemos relacionar o baixo número de filhos declarados, já que 86,7% declararam não possuir filhos. A redução da taxa de fecundidade entre mulheres mais jovens é uma tendência observada nos últimos censos demográficos, o que condiz com o aumento da proporção de mulheres que se tornam mães com mais de 30 anos no Brasil (IBGE, 2018).

Os entrevistados também foram questionados quanto sua cor/raça, e 78% dos estudantes declararam serem brancos, seguidos por pardos (13,3%), pretos (6,7%) e amarelos (1%) (Tabela 1). Perfil semelhante foi demonstrado entre os nutricionistas brasileiros (CFN, 2019), sendo

que 68,6% declaram-se brancos, 22,4% pardos, 4,4% pretos e 2,4% amarelos.

Segundo dados da pesquisa sobre “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” realizada pelo IBGE (2019), na rede privada ensino superior ainda há predominância de indivíduos brancos (53,4%) em relação as demais raças/cor. No entanto, pela primeira vez ao longo da história, em 2018, pretos e pardos (50,3%) foram a maioria a ocupar as vagas da rede pública de ensino, o que foi visto como um resultado positivo frente às medidas adotadas para ampliar e democratizar o ensino superior no país.

A renda individual mensal da maioria dos estudantes (43%) concentra-se na faixa entre R\$500 a R\$1.500 (Tabela 2). Ainda nesse contexto, observou-se que 65,7% dos estudantes declararam trabalhar em atividades externas, fato que está relacionado à necessidade de obtenção de remuneração, visto que para mais da metade dos estudantes (55,2%), eles mesmos são os responsáveis por arcarem com as despesas dos estudos (e.g. pagamento de mensalidade, aquisição de material didático, participação em eventos científicos, etc.). A realização de atividades profissionais concomitante aos estudos, pode ser interessante para que o aluno aplique na prática muitos dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. No entanto, por outro lado, discentes relatam que a sobrecarga de atividades para conciliar os estudos à rotina profissional, sobretudo em cursos do período noturno, como é o caso da Nutrição, pode comprometer seu desenvolvimento acadêmico, ocasionando elevados índices de estresse, cansaço e exaustão (MARQUES; SILVA, 2017). Essas condições são desfavoráveis à estabilidade e frequência do aluno, e contribuem para o aumento na taxa de evasão escolar a qual, atualmente, gira em torno de 26% para os cursos de graduação presencial (SEMESP, 2019).

Tabela 2. Perfil dos discentes (frequência e porcentagem) quanto à renda individual, responsável pelo custeio dos estudos e vínculo empregatício

<i>Variável</i>	<i>N (%)</i>
<i>Renda individual</i>	
Acima de R\$ 1.500	30 (28,6)
entre R\$1.500 a R\$1.000	28 (26,7)
Não possuo renda individual	24 (22,8)
entre R\$1.000 a R\$500	17 (16,2)
Abaixo de R\$500	6 (5,7)
<i>Responsável pelos estudos</i>	
Eu mesmo	58 (55,2)
Pais	38 (36,2)
Outros	6 (5,7)
Parentes	3 (2,9)

Possui vínculo empregatício

Sim	69 (65,7)
Não	36 (34,7)

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Quando questionados quanto à quantidade de horas dedicadas aos estudos (Tabela 3), averiguou-se que 65,8% dos discentes utilizam apenas entre 1 a 3 horas diárias, o que corresponde, na maioria das vezes, à carga horária total das disciplinas cursadas no dia. Desta maneira, pode-se deduzir que os alunos não costumam realizar atividades extraclasse, seja pelo fato citado anteriormente da dificuldade em conduzir os estudos juntamente com o trabalho, ou ainda, por falta de oportunidades e atividades complementares a serem promovidas pelas IEs. A maioria dos entrevistados estão entre o 3º e 5º semestre do curso de Nutrição e 78% declararam ainda não participar de grupos de pesquisa ou atividades de estágio. Assim sendo, sugere-se que sejam repensadas estratégias e abordagens a serem utilizadas pelas Instituições, de forma a incluir no projeto pedagógico dos cursos atividades que despertem a curiosidade e interesse do aluno pela área, como por exemplo, atividades de extensão para atendimento a demandas da comunidade, atividades em parcerias com outros cursos da área da saúde, pesquisas de iniciação científica, realização de grupos de estudos para debates de temas da atualidade, participação em eventos como feiras, simpósios e congressos em que os alunos possam expor seus trabalhos e realizar networking com outros profissionais da área, etc.

Tabela 3. Distribuição dos discentes (frequência e porcentagem) quanto às informações acadêmicas

<i>Variável</i>	<i>N (%)</i>
<i>Semestre letivo</i>	
1º	24 (22,9)
2º	1 (1)
3º	33 (31,4)
4º	0 (0)
5º	32 (30,5)
6º	1 (1)
7º	13 (12,4)
8º	1 (1)
<i>Horas diárias para estudo</i>	
1-3 h	68 (64,8)
4-6 h	25 (23,8)
7-9 h	9 (8,6)
Mais de 10h	3 (2,9)
<i>Participa em grupo de pesquisa ou estágio</i>	
Sim	82 (78,1)

Não	23 (21,9)
<i>Possui bolsa acadêmica</i>	
Sim	55 (52,4)
Não	50 (47,6)
<i>Possui graduação anterior</i>	
Não	80 (76,2)
Sim, completa	16,2 (17)
Sim, incompleta	8 (7,6)

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Entre os estudantes entrevistados, averiguou-se que 76,2% não possuíam curso de graduação anterior (Tabela 3), o que pode ser justificado pela faixa etária predominante do público estudado (menores de 24 anos). Dentre os alunos que já frequentaram outra graduação, os mesmos declararam haver realizado cursos de direito, enfermagem, estética, educação física ou fisioterapia. Assim, pode-se observar que, para a maioria desses casos, já há um conhecimento prévio sobre a temática da saúde, sendo que o curso superior em Nutrição poderá complementar a formação profissional desses indivíduos, para que os mesmos atuem de maneira interdisciplinar na resolução e prevenção de problemas na área (RODRIGUES et al., 2015).

Em relação aos momentos de lazer (Tabela 4), observou-se que práticas como assistir TV ou acessar plataformas de vídeos via streaming (e.g. Netflix, YouTube, iTunes Store, etc.) está como a atividade preferida entre 77% dos alunos, seguida por escutar música, ir ao cinema e realizar algum tipo de leitura. Apesar do item “prática de esportes” apresentar baixa adesão (31,4%) dentro do tópico sobre lazer, cerca de 55% dos estudantes declararam realizar atividades físicas de maneira contínua, o que deve ser estimulado pelas IEs, já que a prática regular de exercícios físicos está atrelada à benefícios não somente à saúde, mas também ao desempenho no processo de aprendizagem (BRINKE et al., 2015). Assim, a partir da análise desses dados, sugere-se que as estratégias de ensino-aprendizagem a serem adotadas nos planos de ensino procurem adaptar a inclusão dessas atividades de lazer à rotina da sala de aula e atividades extraclasse. Acredita-se que essa seja uma maneira de facilitar à comunicação com os alunos, além de tornar as aulas mais dinâmicas, diversificadas, tornando a construção do conhecimento mais prazerosa e próxima à realidade do perfil discente. Deve-se também ressaltar a importância da realização de cursos de formação pedagógica sobre a utilização de ferramentas facilitadoras do ensino pelos docentes, para que os mesmos estejam aptos a realizarem mudanças e adequações que despertem o interesse dos alunos pelas temáticas abordadas ao longo do curso.

Tabela 4. Distribuição dos discentes (frequência e porcentagem) quanto às atividades de lazer e prática de exercícios físicos

<i>Variável</i>	<i>N (%)</i>
<i>Atividades de lazer*</i>	
Assistir TV/plataformas streaming	81 (77,1)
Escutar música	66 (62,9)
Ir ao cinema	60 (50,7)
Ler	52 (49,5)
Praticar esportes	33 (31,4)
Não fazer nada	29 (27,6)
Ir ao teatro	12 (11,4)
Ir a festas universitárias	11 (10,5)
<i>Prática atividade física</i>	
Sim	58 (55,2)
Não	47 (44,8)

Fonte: Resultados originais da pesquisa; *Os alunos puderam selecionar mais de uma opção dentre as apresentadas.

Por fim, os alunos foram questionados quanto a satisfação geral em relação ao curso de Nutrição (Tabela 5), e foi constatado que 97,1% dos discentes estão satisfeitos com sua escolha, sendo que os principais fatores que sustentaram essa opinião foram a formação do corpo docente (81,7%), as metodologias de ensino aplicadas (74%) e a estrutura física fornecida pela Instituição (61,5%) (Tabela 5). Com menor representatividade, mas sendo um ponto que poderia ser reavaliado pelas Instituições, juntamente com suas mantenedoras, está a questão do valor da mensalidade, já que esse foi o principal motivo de insatisfação entre o corpo discente (41,9%), mesmo com a maioria dos estudantes (52,4%) recebendo algum tipo de bolsa de estudos.

Tabela 5. Distribuição dos discentes (frequência e porcentagem) quanto à satisfação ao curso de Nutrição e motivos que sustentam sua opinião

<i>Variável</i>	<i>N (%)</i>
<i>Satisfeito com o curso</i>	
Sim	102 (97,1)
Não	3 (2,9)
<i>Motivos da satisfação*</i>	
Corpo docente	85 (81,7)
Metodologias de ensino	77 (74)
Estrutura física da instituição	64 (61,5)
Relacionamento pessoal	47 (45,2)
Atividades de extensão/estágio	26 (25)
Valor da mensalidade	18 (17,3)
Outros	3 (2,9)

<i>Motivos da insatisfação*</i>	
Corpo docente	6 (7)
Metodologias de ensino	16 (18,6)
Estrutura física da instituição	18 (20,9)
Relacionamento pessoal	16 (18,6)
Atividades de extensão/estágio	6 (7)
Valor da mensalidade	36 (41,9)
Outros	14 (16,3)

Fonte: Resultados originais da pesquisa; *Os alunos puderam selecionar mais de uma opção dentre as apresentadas.

Nesse contexto, sugere-se que os valores de bolsas acadêmicas concedidos possam ser revistos (no caso de bolsas institucionais), e que o fornecimento de valores mais significativos possa ser conferido a alunos que exercessem atividades dentro da Instituição (e.g. atividades de monitoria, iniciação científica, etc.) ou apresentem excelência no desempenho acadêmico, como uma forma de reconhecimento. Outra possibilidade seria a Instituição firmar parcerias com estabelecimentos das áreas de atuação para a execução de estágios remunerados pelos alunos. Tais condições poderiam contribuir para o aumento da dedicação de horas diárias de estudo, já que a porcentagem foi considerada baixa, além de ser uma maneira de promover uma nova fonte de renda ou algum tipo de abatimento nas mensalidades, cujo valor integral gira em torno de R\$800 à R\$1.000.

5 CONCLUSÕES

Frente aos resultados expostos, pode-se concluir que o perfil sociodemográfico dos discentes dos cursos de Nutrição é formado majoritariamente por jovens do público feminino, brancos, solteiros, sem filhos e que residem com seus familiares. Além disso, a maioria possui algum tipo de vínculo empregatício, sendo que a renda mensal individual é em torno de R\$500 a R\$1.500. Os próprios estudantes costumam ser os responsáveis por arcar com as despesas dos estudos, e considerando sua renda e o valor integral da mensalidade, averiguou-se que seriam necessários rever o fornecimento de algum tipo de subsídio, como bolsas de estudos, que pudesse contribuir com a questão financeira para os alunos. De modo geral, ficou constatado que os alunos estão satisfeitos com o curso, sendo que esse sentimento de pertencimento ao grupo e valorização da Instituição e seu corpo docentes são fundamentais para que incentive a continuidade dos estudos e evitar a possibilidade de evasão no Ensino Superior.

Espera-se que a abordagem apresentada possa contribuir para a formação de políticas educacionais dentro das Instituições, de forma a atender as necessidades dos discentes e

considerar seu perfil para a elaboração do projeto político pedagógico dos cursos. Além disso, compreendendo as características desses indivíduos, pode-se planejar atividades que visem auxiliar a formação do aluno e sua inserção no mercado de trabalho, tornando a experiência de realização de um curso superior mais prazerosa e satisfatória.

REFERÊNCIAS

ASBRAN. Associação Brasileira de Nutrição. **Números da Nutrição no Brasil**. Disponível em: <http://www.asbran.org.br/numeros.php>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Diário Oficial da União, Seção 1, 14 jan. 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Diário Oficial União, Seção 1, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 30 ago. 2012.

BRINKE, L.F.; BOLANDZADEH, N.; NAGAMATSU, L.S.; HSU, C.L.; DAVIS, J.C.; MIRAN-KHAN, K.; LIU-AMBROSE, T. Aerobic exercise increases hippocampal volume in older women with probable mild cognitive impairment: a 6-month randomised controlled trial. **British Journal of Sports Medicine**, v. 49, n. 4, p. 248-254, 2015.

BUBLITZ, S.; GUIDO, L.D.A.; KIRCHHOF, R.S.; NEVES, E.T.; LOPES, L. Perfil sociodemográfico e acadêmico de discentes de enfermagem de quatro instituições brasileiras. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n.1, p. 77-83, 2015.

CFN. Conselho Nacional de Nutricionistas. **Perfil das (os) nutricionistas no Brasil**. Disponível em: <http://pesquisa.cfn.org.br/>. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP, 2003.

ECCO, I.; NOGARO, A. A educação em Paulo Freire como processo de humanização. In: XII Congresso Nacional de Educação, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba-PR: EDUCERE, 2015.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

GAIOSO, N.P.L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do registro civil 2018**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

LIMA, B.S.; BRAGA, M.L.S.; TAVARES, I. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Gênero**, v.16, n.1, p. 11-31, 2015.

LOPES, A. F.; MENDONÇA, E.S. Ser jovem, ser belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 2, p. 20-33, 2016.

MARQUES, B.S.; SILVA, M.A.C. Trabalhadores-alunos: motivações e desafios que configuram um cenário de luta. In: I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), 2017, Navaraí. **Anais...** Naviraí-MS: EIGEDIN, 2017.

MORENO, R.F.M. Análise do perfil discente da Universidade de Sorocaba, mediante a técnica de mineração de dados. In: Seminário Internacional de Educação Superior, 2014, Sorocaba. **Anais...** Sorocaba-SP, 2014.

NEVES, C.E.B. Desafios da educação superior. **Sociologias**, v. 9, n. 17, p. 14-21, 2007.

NEVES, C.E.B.; MARTINS, C.B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, T.; ZEN, E.L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAIYUAN, G. **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília:Ipea; Pequim:SSAP, 2016.

NOBRE, E.B. **Elaboração e validação de questionários para descrever o estilo de vida de mães de pré-escolares**. 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, E.B.S. et al. A nutrição e a fisioterapia na reabilitação e assistência a pacientes portadores do distúrbio osteogenesis imperfecta. In: VI Semana de Iniciação Científica da Faculdade de Juazeiro do Norte, 2014, Juazeiro do Norte. **Anais...** Juazeiro do Norte-CE:FJN, 2014.

SANTOS, S.F.; BENZATI JUNIOR, A.S.; BATISTA JUNIOR, M.S.C.; REIS, B.C.M.; BORTOLUZZI, M.B.O. Evasão no Ensino Superior: o caso do campus de Nova Andradina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. In: III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), 2019, Naviraí. **Anais...** Naviraí-MS: EIGEDIN, 2019.

SEMESP. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2019**. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapas_2019_Web.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.